



# Boletim Conjuntural Junho | 2020

## CONJUNTURA NACIONAL

A série mensal do Boletim Conjuntural do Comércio Varejista e dos Serviços, do Instituto Fecomércio – que tem como foco uma análise da conjuntura de segmentos do setor terciário – incorpora à abordagem procedimentos de contextualização, contemplando desempenho e perspectivas da economia brasileira. A seção inicial traz retrospecto e qualificação da trajetória econômica do país em período recente, marcado por prolongada crise; e acrescenta análise a partir de indicadores atualizados de determinadas fontes de informação. Visão geral da economia e aspectos concernentes ao mercado de trabalho são temas centrais, para balizamento da análise.

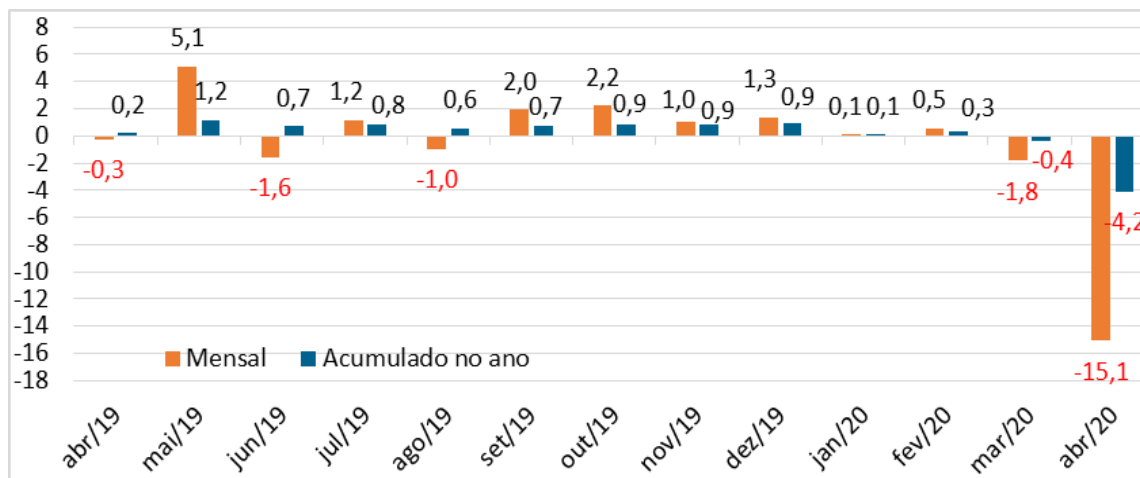
Em várias edições do Boletim tem-se enfatizado que o país convive com alongada crise, já a completar quase uma década. O desempenho da economia nos anos 2017-2019 – o Produto Interno Bruto crescendo a um padrão de pouco mais de 1,0% ao ano, devendo encerrar, em 2020, uma década com média anual inferior a metade da alcançada na chamada ‘década perdida’ (1981-1990) – é gritante evidência do desafio brasileiro. Foi sobre uma economia operando bem abaixo do seu potencial que se abateu a pandemia do novo Coronavírus.

A COVID-19 vem causando efeitos catastróficos sobre a socioeconomia mundial, com graves consequências para um país como o Brasil, já com profundas desigualdades de renda e patrimônio, déficit habitacional que permanece elevado por décadas, crônico déficit de saneamento (mais grave no Nordeste), e deficiente infraestrutura. O impacto sanitário da pandemia no Brasil já gerou números assustadores, ainda antes de se atingir o pico: o país alcançou a marca oficial de mais de 1,5 milhão de contaminados e no momento já é o 2º. lugar, no mundo, em tal contagem; ademais, o número de óbitos caminha para ultrapassar o patamar de 64 mil. Impactos econômicos e sociais do enfrentamento da pandemia se ampliam e deverão tornar muito mais penoso o desafio de recuperação do sistema produtivo.

Examinando-se os indicadores disponíveis, observa-se que o Índice de Atividade Econômica (IBC/BR), do Banco Central – que serve como antecipação do PIB – registra retração de -4,2% no primeiro quadrimestre de 2020, em cotejo com similar período de 2019, conforme ilustrado no **Gráfico 1**.

Destaque-se que os efeitos negativos provocados pela pandemia do novo Coronavírus, sobre a economia brasileira só começaram a se intensificar a partir da segunda quinzena de março. Assim, quando se examina apenas o indicador referente ao mês de abril, em comparação com o do mesmo mês do ano passado, se tem um decréscimo muito mais intenso (-15,1%). Não há dúvida, portanto, de que os próximos boletins deverão revelar resultados anuais negativos bem mais acentuados. O último Boletim Focus divulgado pelo Banco Central (26/06/2020) aponta para queda anual do PIB de 6,54% em 2020. Todavia, há projeções mais pessimistas, a exemplo da gerada pelo Banco Mundial e FMI: retração do PIB brasileiro, respectivamente, de 8,0% 9,1% – em 2020.

**Gráfico 1. Brasil: taxa de variação (%) mensal e acumulada no ano, do índice de atividade econômica (IBC-BR) – abril/2019 a abril/2020 (base: mesmo período do ano anterior)**



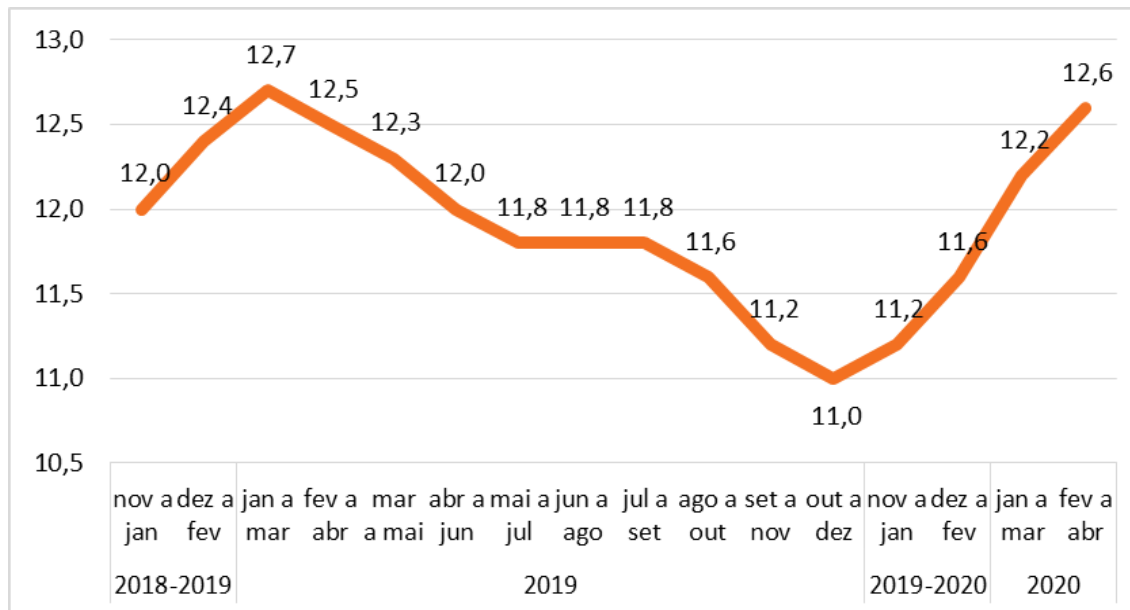
Fonte: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

É evidente que em tal contexto são severos os reflexos negativos sobre o mercado de trabalho, o rendimento das famílias e o consumo de bens e serviços. Dados provenientes da PNAD Contínua (IBGE) revelam cenário preocupante com respeito ao mercado de trabalho. O número de pessoas ocupadas que no mesmo período de 2019 era de 92,4 milhões, cai para 89,2 – o que significa um contingente de 3,2 milhões de trabalhadores a menos no mercado de trabalho; pior, a maioria dos que perdem emprego sequer volta a procurar nova ocupação. Em decorrência, a força de trabalho que no ano passado era constituída por 105,5 milhões de indivíduos, é agora de 102,1 – um declínio de 3,4 milhões. Deve ser notado, ademais, que a maior parte da redução do contingente de trabalhadores em atividade é devido a enfermidade e impedimentos decorrentes da pandemia<sup>1</sup>. Por fim, a taxa de desemprego atinge 12,6% no trimestre encerrado em abril - **Gráfico 2**. Em termos absolutos, o nível de desocupação representa 12,8 milhões de pessoas (desemprego aberto, representado por aqueles que buscam ativamente algum tipo de ocupação - seja formal ou informal - e não logram êxito).

Não fosse o grande decréscimo da força de trabalho, haveria um contingente muito maior de desocupados. Acrescente-se que não só o crescimento do número de desalentados, e aqueles com saúde afetada pelo Coronavírus explicam tal redução. Há que se considerar, também, a influência temporária do importante auxílio governamental direcionado a desempregados e trabalhadores precariamente ocupados no setor informal, tendo em vista que parcela dos que recebem auxílio deixa de buscar trabalho (formal ou informal). Ressalte-se que este panorama do mercado de trabalho se consolida depois de apenas um mês e meio de impactos da COVID-19 - considerando-se que os efeitos adversos têm como marco inicial a segunda quinzena de março.

<sup>1</sup> A título ilustrativo, anote-se: de acordo com o IBGE, “19 milhões de brasileiros” – em maio 2020 – “foram afastados do trabalho devido à pandemia do novo coronavírus”, dos quais “9,7 milhões ficaram sem remuneração”. Trabalhadores informais foram os mais afetados, incluídos: domésticos sem carteira assinada, empregados do setor público sem carteira e empregados do setor privado sem carteira. Conforme [https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/97-milhoes-de-trabalhadores-ficaram-sem-remuneracao-em-maio-diz-ibge.shtml?utm\\_source=mail&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compmail](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/97-milhoes-de-trabalhadores-ficaram-sem-remuneracao-em-maio-diz-ibge.shtml?utm_source=mail&utm_medium=social&utm_campaign=compmail). Acesso em 24 06 2020.

Gráfico 2. Brasil: taxa (%) de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral) – abril/2019 a abril/2020



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Quando se particulariza a geração de ocupações formais (**Tabela 1**), nota-se que, apenas no mês de abril deste ano, foi registrado elevado saldo negativo, entre admissões e demissões: 860.496 postos de trabalho a menos, conforme dados do Ministério do Trabalho/CAGED. Mesmo quando se considera o resultado acumulado do ano, que inclui dados de antes da pandemia, o número de demissões é ainda muito maior do que o de admissões, acarretando um saldo negativo também expressivo (-763.155). Destacam-se os seguintes grupos de atividade: comércio, e reparação de veículos e motocicletas (-342.748); alojamento e alimentação (-192.426); e indústria de transformação (-127.953).

**Tabela 1 - Brasil: saldo mensal e acumulado do ano da movimentação do emprego formal abril/2020**

Grupamento de atividades	Abril/2020	Acumulado
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	-4.999	10.032
Indústria geral - Transformação	-191.752	-127.953
Indústria geral - Outras	-4.216	67
Construção	-66.942	-21.837
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	-230.209	-342.748
Transporte, armazenagem e correio	-51.067	-48.273
Alojamento e alimentação	-127.876	-192.426
Informação, comunicação e ativ. financeiras, imobiliárias, profiss. e admin.	-129.151	-103.650
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais	-23.503	88.218
Serviços domésticos	-33	-37
Outros serviços	-30.748	-24.548
<b>Total</b>	<b>-860.496</b>	<b>-763.155</b>

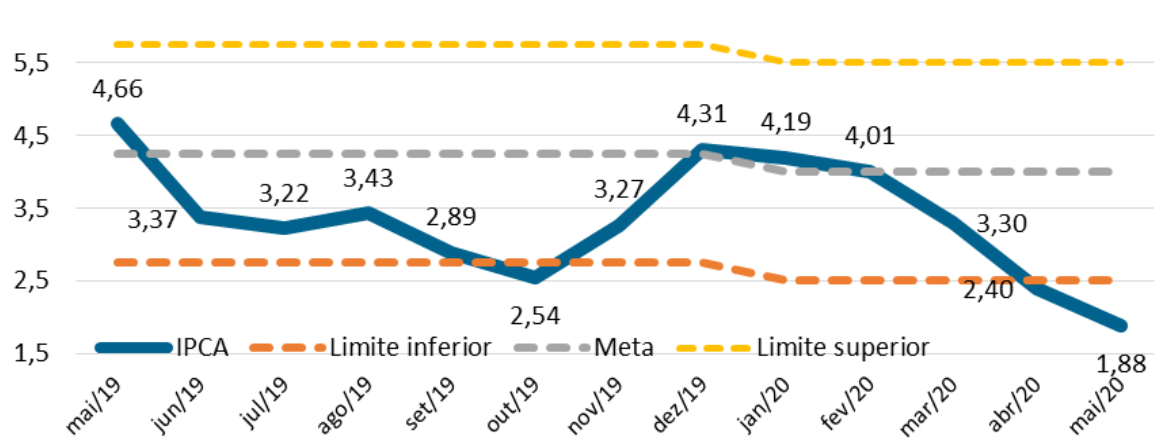
Fonte: Novo Caged/MTE.

(\*) Não inclui as informações declaradas fora do prazo.

Outro aspecto fundamental para se qualificar a conjuntura econômica é o comportamento dos preços. A esse respeito, destaque-se que o indicador oficial de inflação (IPCA, Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acumulado em 12 meses (**Gráfico 3**), atingiu 1,88% no mês de maio de 2020, portanto bem abaixo do centro da meta estabelecida pelo Banco Central (4,25%) e 87 percentis abaixo do limite inferior (2,75%). Por outro lado, a referida edição do Relatório Focus também traz estimativa de 1,69% para o IPCA de 2020. Portanto, uma sinalização de que ainda existe margem para que o Banco Central reduza ainda mais a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 2,25% - depois do último corte de 0,75 ponto percentual, estabelecido na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), realizada em 17 de junho.

Portanto, tudo indica que o ano de 2020 se encerre com a menor taxa Selic da história. Isso significa que, em princípio, haveria estímulo ao investimento produtivo (via menor custo do capital financeiro) e ao consumo das famílias (via redução do custo de operações de crédito), além de menor pressão sobre juros da dívida pública, reduzindo o crescimento do déficit nominal. Enquanto este último efeito é decorrência imediata de reduzida taxa básica de juros, ampliação do investimento também depende de expectativas dos agentes a respeito do futuro próximo, para o que contribuem diversos fatores – entre os quais estabilidade ou instabilidade política e crença a respeito da capacidade governamental de avançar em reformas institucionais que tragam melhor ambiente de negócios.

Gráfico 3. Brasil: IPCA acumulado em 12 meses, em % – abril/2019 a abril/2020



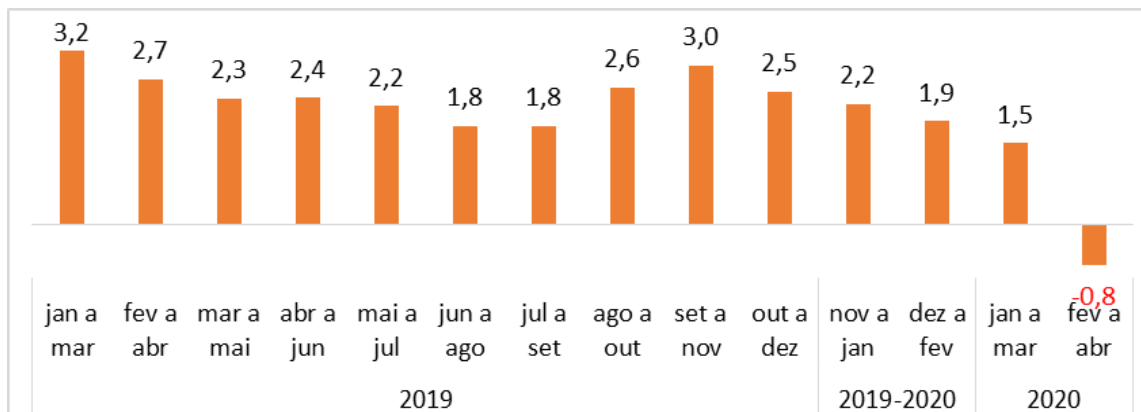
Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

De todo modo, como é considerável a margem de capacidade ociosa, há espaço para crescimento em diversos setores, sem necessidade de novos investimentos - exceto no caso de empresas que necessitem, por exemplo, de modernização tecnológica ou de outros investimentos pré-definidos para determinado empreendimento. Por outro lado, o ambiente ainda está carregado de incertezas, tanto entre empresários quanto entre consumidores. O quadro de enfrentamento da pandemia - o que se processa sem coordenação adequada da esfera federal - ainda não permitiu clareza quanto ao tempo de duração da crise sanitária. Em várias unidades da federação, não se pode contar com continuidade, sem sobressaltos e recuos, de medidas de reabertura de atividades econômicas premidas por medidas de controle do contágio viral. Inseguranças com respeito a manutenção dos negócios e de empregos e, portanto, temor com respeito a perda de renda, são fatores que afetam decisões de gastos, por empresas e por famílias. Enquanto tal estado de coisas não retrocede, permanecem impedimentos a uma retomada consistente de atividades econômicas.



Assim, estabelecido um cenário de declínio da ocupação, mesmo com baixa inflação, a massa real de salários decresce, relativamente ao ano anterior (**Gráfico 4**). De fato, a variação real, no trimestre fevereiro-março-abril, declinou -0,8%, tendo-se por base igual período de 2019. E, como se sabe, a massa de rendimentos do trabalho – parcela mais relevante da renda familiar – é fator fundamental para o bom desempenho, tanto do varejo quanto do volume de prestação de serviços. Trata-se de um agregado econômico que vinha perdendo ritmo desde o trimestre encerrado em novembro do ano passado, mesmo mantendo crescimento positivo, chegando a alcançar, nesse trimestre, crescimento real de 3,0%. Nos trimestres móveis terminados nos meses subsequentes, a trajetória é nitidamente decrescente: 2,5% no trimestre encerrado em dezembro de 2019; 2,2% em janeiro de 2020; 1,9% em fevereiro; 1,5% em março; e, finalmente, passando a variação negativa: -0,8% no trimestre encerrado em abril 2020.

**Gráfico 4. Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em % – março de 2019-abril de 2020 (base: mesmo período do ano anterior)**



Fonte: IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

## COMÉRCIO VAREJISTA: DESEMPENHO MENSAL FORTEMENTE NEGATIVO EM ABRIL

Mantido um procedimento usual na série de edições do Boletim Instituto Fecomércio, esta seção contempla informações sobre o comércio varejista brasileiro – consideradas duas abordagens, conforme sistematização na base de dados do IBGE: **varejo** (restrito), conforme o que usualmente se entende por esse segmento da economia, e varejo ampliado. O **Gráfico 5** traz números a respeito dos indicadores – **mensal e acumulado** do ano – do volume de vendas do **varejo ampliado** – agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o comércio varejista propriamente dito. Analogamente, vê-se – no **Gráfico 6** – a trajetória mensal e o indicador acumulado do varejo restrito.

**Gráfico 5. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Varejo Ampliado, em % – abril/2019 a abril/2020 (base: mesmo período no ano anterior)**

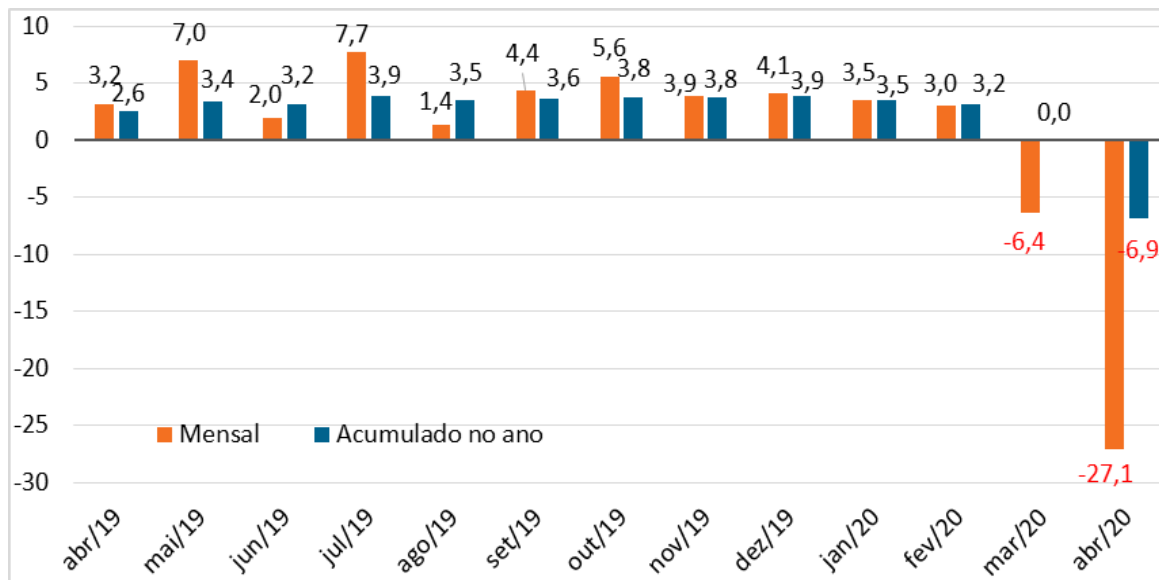
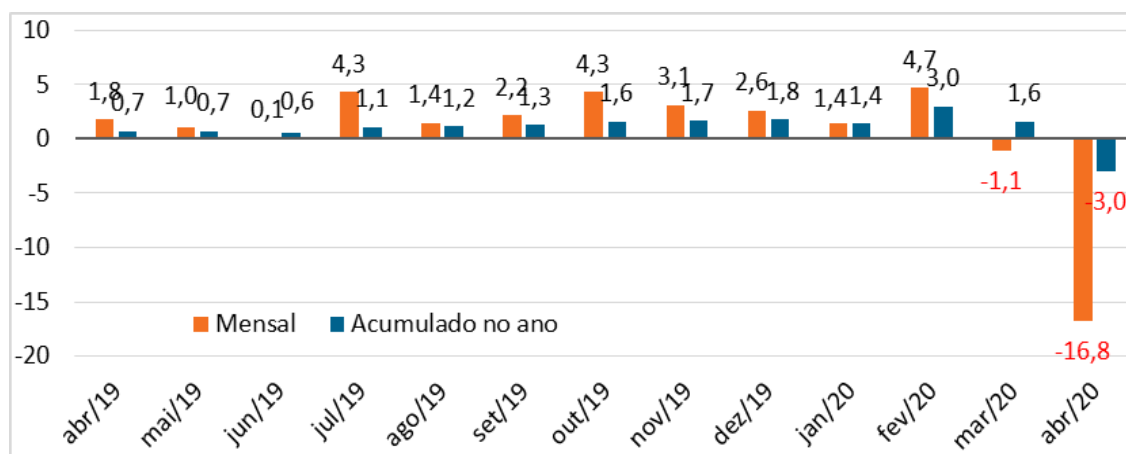


Gráfico 6. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % – abril/2019-abril/2020 (base: mesmo período no ano anterior)



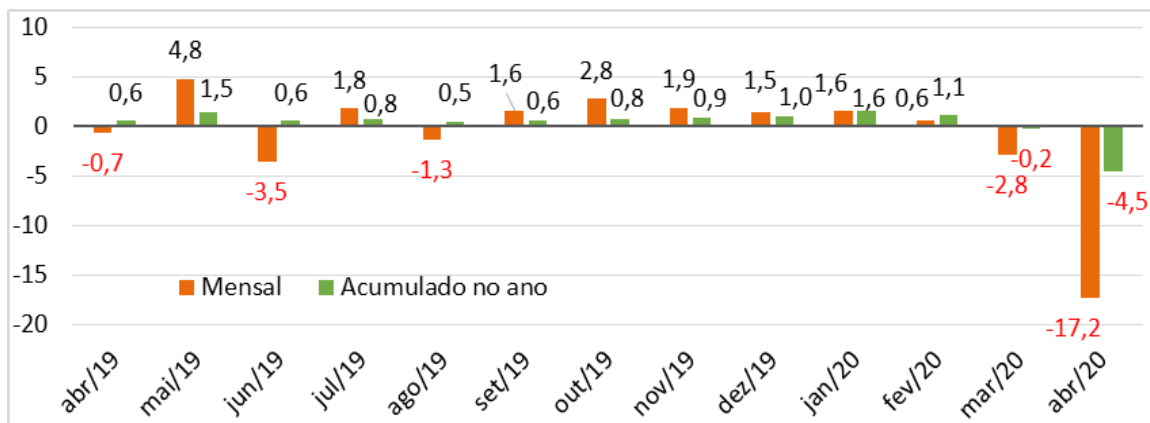
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

O volume de vendas – do varejo ampliado –, observado no primeiro quadrimestre de 2020, contraposto ao de período correspondente de 2019, já apresenta redução significativa (-6,9%); todavia, nem de longe comparável ao decréscimo de -27,1% do indicador mensal (abril 2020/abril2019). Como já observado, o mês de abril é o primeiro integralmente afetado pela pandemia do novo Coronavírus, daí a magnitude dessa variação negativa. No tocante ao desempenho do varejo restrito – não considerados os segmentos de veículos e de material de construção – observa-se que o decréscimo é menos acentuado: -3,0% no resultado acumulado do ano (jan-abr) e -16,8% no indicador mensal de abril de 2020, tendo-se por base o mês de abril de 2019. As reduções mais pronunciadas no varejo ampliado, tanto no indicador mensal quanto no acumulado do ano, são explicadas principalmente pela retração de 59,7% do volume das vendas do segmento de veículos, com significativa participação relativa no faturamento global do varejo ampliado. Por outro lado, o único ramo de atividade do varejo que revela expansão do volume de vendas, conforme o indicador mensal de abril, é o de hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo, que registra um aumento de 4,7% em abril deste ano, em comparação com abril do ano passado.

### SETOR DE SERVIÇOS COM INTENSO DESEMPENHO NEGATIVO EM ABRIL DE 2020

No que diz respeito ao setor de prestação de serviços, os resultados são semelhantes aos observados no varejo restrito. Com efeito, decréscimo de -17,2% do volume de serviços prestados no primeiro quadrimestre de 2020, tendo-se por base de comparação o verificado no correspondente quadrimestre de 2019. E declínio muito mais intenso quando se contrapõe abril deste ano ao mesmo mês do ano passado (-17,2%). Novamente, ambos os indicadores já captam o efeito negativo da COVID-19 também sobre as atividades de prestação de serviços (**Gráfico 7**).

**Gráfico 7. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Serviços, em % – abril/2019-abril/2020**

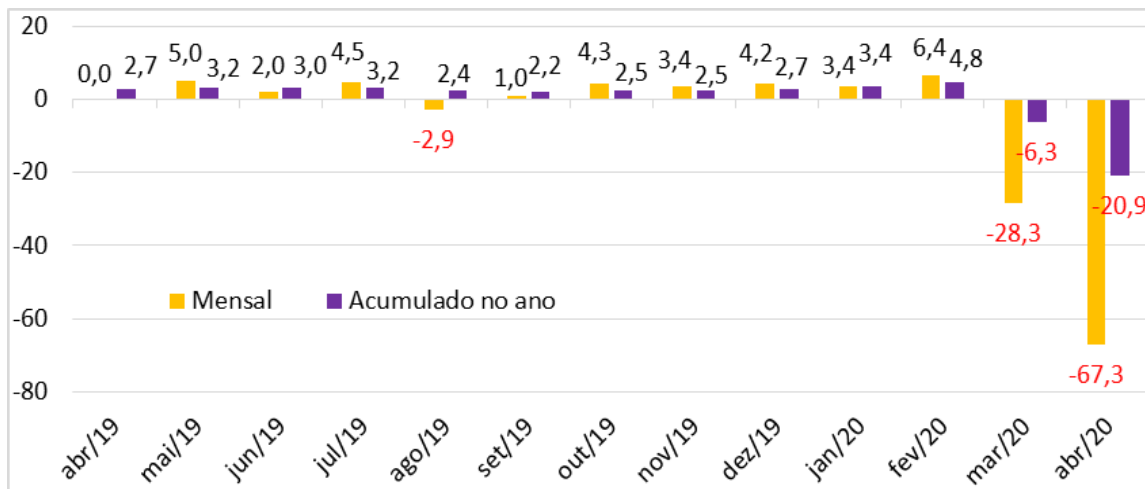


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

## TURISMO: DESEMPENHO NEGATIVO MUITO ACENTUADO EM ABRIL

O segmento de Turismo – específico conjunto de atividades que, no âmbito de Serviços, tem significativa relevância e, como tal, é aqui particularizado – revela redução do volume de serviços bem mais acentuada do que as registradas para o varejo e o setor de serviços como um todo (**Gráfico 8**). Na verdade, esse é um resultado esperado, dado que o segmento do turismo foi atingido com maior severidade por impactos de medidas de afastamento social estabelecidas para reduzir a velocidade de contágio do novo Coronavírus. De fato, o setor de turismo engloba segmentos de transportes diversos, hotéis, restaurantes, etc., todos fortemente impactados por medidas de combate à pandemia. Como ilustra o **Gráfico 8**, o declínio observado no mês de abril é muito intenso (-67,3%), o suficiente para também causar forte redução do indicador acumulado no primeiro quadrimestre de 2020 (-20,9%), em contraposição ao mesmo período de 2019.

**Gráfico 8. Variação mensal e variação acumulada no ano do volume de serviços nas Atividades Turísticas, em % – abril 2019-abril 2020**



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Em suma, tanto os indicadores relativos ao volume de vendas do varejo quanto os referentes a prestação de serviços – especialmente turismo – já revelam intensa variação negativa em abril de 2020. Entre os segmentos do varejo, apenas o que engloba hipermercado, supermercados, alimentos e fumo registra variação positiva, como já assinalado.

Para garantir medidas de enfrentamento à pandemia e de decorrentes impactos sanitários, econômicos e sociais, o Governo tem feito elevados gastos com proteção social dos menos desfavorecidos e assistência a segmentos empresariais mais severamente atingidos pela suspensão de atividades (principalmente no caso de micro, médios e pequenos estabelecimentos econômicos – que garantem a grande maioria das ocupações geradas na economia). Contudo, a despeito de tal esforço, o país certamente enfrentará um difícil processo de recuperação da economia, no pós COVID-19. Como não poderia deixar de ser, com reflexos negativos pronunciados sobre o volume de vendas do varejo e da prestação de serviços.

## 2. COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM ABRIL DE 2020: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

Incorporam-se à análise – nesta seção – informações que permitem se contextualizar o desempenho do comércio varejista e da prestação de serviços em Pernambuco, estabelecendo-se comparações com indicadores referentes ao país e aos estados economicamente mais expressivos da região Nordeste. Informações básicas para o mês de abril de 2020 são apresentadas nos **Gráficos 9 e 10**, tanto para o indicador mensal quanto para o acumulado.

O varejo ampliado pernambucano – conforme os indicadores acumulado e mensal – revela, em abril deste ano, desempenho abaixo do registrado para o país. O volume de vendas em Pernambuco, no resultado acumulado do ano, no primeiro quadrimestre de 2020, revela declínio de -9,2%, enquanto no varejo ampliado do país a redução é menos pronunciada (-6,9%). Por outro lado, o indicador mensal para o estado registra contração de -32,2%, contra -27,1% no Brasil. Portanto, em ambos os casos a severidade da retração, no varejo ampliado, é mais acentuada em Pernambuco que no país como um todo. No âmbito regional, tanto a Bahia quanto o Ceará sofrem, no varejo ampliado, impacto mais severo que o observado em Pernambuco: Bahia, -12,0% e -33,3%

respectivamente nos resultados acumulado e mensal; ao Ceará cabem -11,8% e -37,2%. No que se refere ao varejo restrito, a situação é semelhante: tanto o resultado acumulado do ano quanto o mensal revelam quedas mais intensas em Pernambuco, em comparação com o que se observa com relação ao varejo nacional. Com efeito, o índice acumulado no primeiro quadrimestre deste ano registra retração de -5,6%, contra -3,0% no país. Por sua vez, o índice mensal para Pernambuco revela redução de -22,5%, enquanto no Brasil o declínio é de -16,8%. Como se vê, em ambos os casos o desempenho do varejo restrito de Pernambuco tem desempenho aquém do apresentado pelo similar nacional. Em termos regionais, os resultados também são análogos: tanto a Bahia quanto o Ceará sofrem impacto maior do que o observado para Pernambuco: Bahia: -8,3% e -25,6% respectivamente nos índices acumulado e mensal; -14,1% e -33,8% – no caso do Ceará.

**Gráfico 9. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de vendas Varejo Ampliado – abril/2020 (base: mesmo período do ano anterior)**

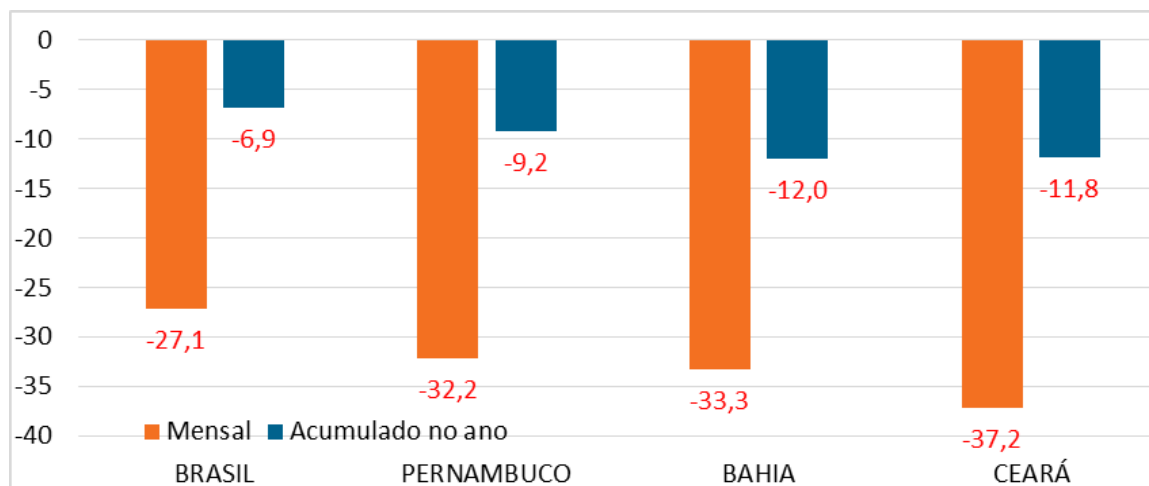
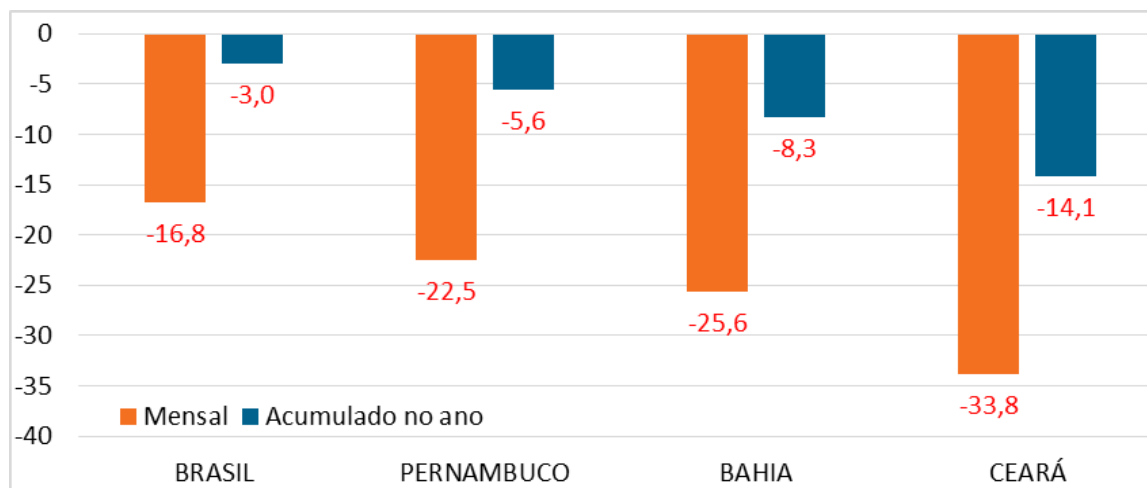


Gráfico 10. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de vendas no Comércio Varejista – abril/2020 (base: mesmo período do ano anterior)

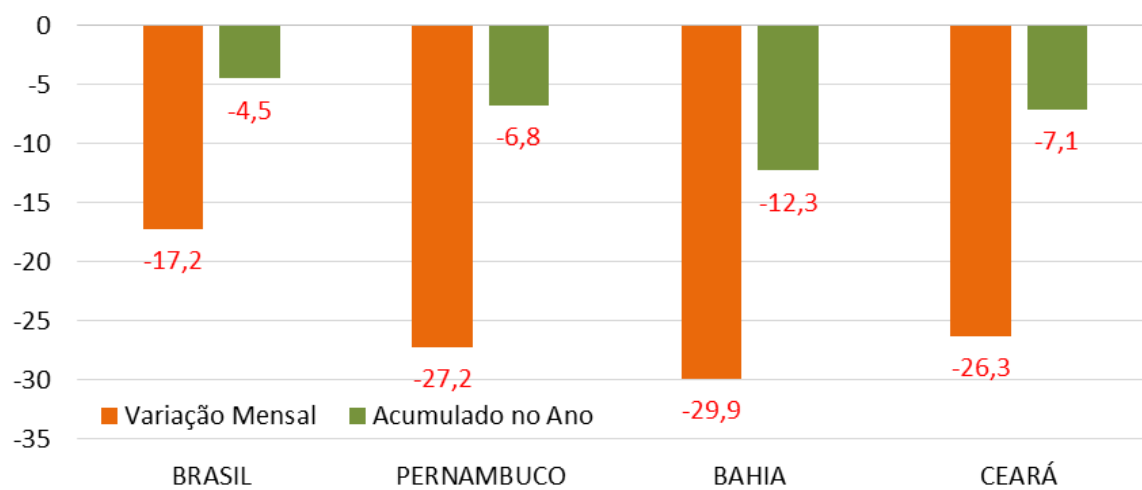


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que diz respeito ao desempenho do setor de prestação de serviços em Pernambuco (**Gráfico 11**), os resultados são também fortemente negativos: -27,2% em abril de 2020, em relação a abril de 2019; e -6,8% na variação acumulada do ano (até abril). Assim, Pernambuco mantém desempenho mensal e acumulado, no setor de serviços, também inferior ao observado para o país: -4,5% e -17,2% – respectivamente. Em termos regionais, repete-se o observado para o varejo; os impactos negativos da COVID-19 são ainda mais acentuados: Bahia, -8,3% e -25,6% – respectivamente no índice acumulado e no mensal; e o Ceará, -14,1% e -33,8%. Portanto, a posição de Pernambuco, tanto no segmento do varejo quanto no setor de serviços, sofre forte influência negativa do novo Coronavírus; contudo, trata-se de impacto menos intenso do que o verificado para os outros estados nordestinos em destaque – Ceará e Bahia. E isso se dá nas situações retratadas pelos dois indicadores (o acumulado no ano e o indicador mensal).



Gráfico 11. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada, do volume de serviços – abril/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



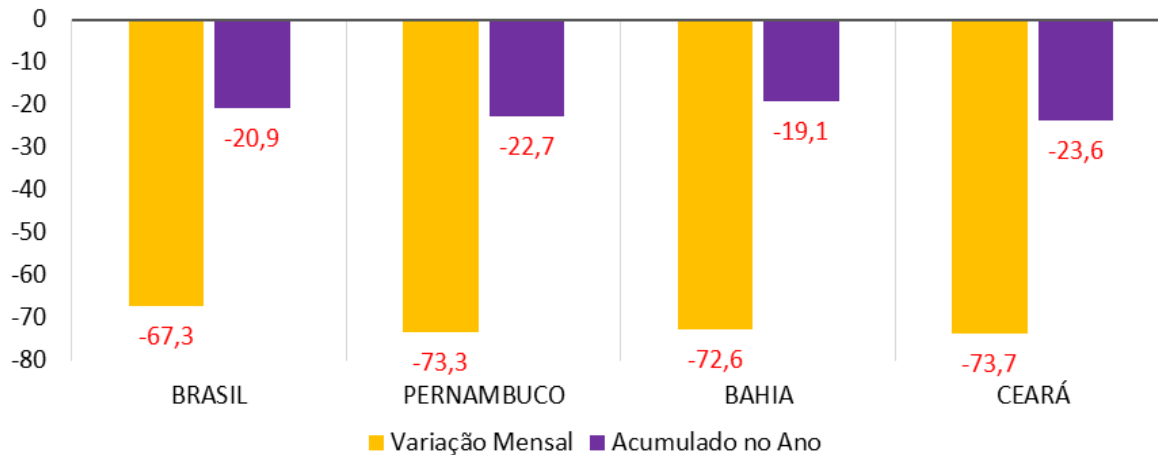
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Por fim, aprecia-se o segmento de Turismo, mantida a contextualização de Pernambuco em maior espaço de referência. As informações sistematizadas no **Gráfico 12**, tratadas seguindo-se tal procedimento, envolvem os indicadores mensal e acumulado do volume de atividades turísticas em abril de 2020 (a base sendo o volume observado nos correspondentes e respectivos períodos de referência de 2019: abril e o acumulado no primeiro quadrimestre), referentes aos mesmos três estados nordestinos destacados e ao país. Reitere-se que o segmento de turismo tem sido impactado mais intensamente em decorrência de medidas de afastamento social. Reitere-se que as atividades que compõem esse setor (transportes diversos, hotéis e restaurantes) constituem – pelo amplo e intenso fluxo de pessoas que utilizam esses serviços – espaços com maior probabilidade de contaminação em caso de uma pandemia, por isso sendo alvo preferencial do combate sanitário.

Pernambuco revela, no segmento de atividades turísticas, desempenho fortemente negativo no resultado mensal (abril de 2020): -73,3%. Isso ocorre em um cenário em que o país como um todo também sofre, em tais atividades, severo declínio (-67,3%). Em termos regionais, os dados revelam retração mensal também de grande monta: Ceará

(-73,3%) e Bahia (-72,6%). Em relação aos indicadores acumulados (janeiro a abril de 2020), tendo-se como base de comparação o mesmo período de 2019, o segmento de turismo pernambucano revela resultado negativo de -22,7%; não muito diferente do alcançado pelo setor de turismo nacional (-20,9%). Da mesma forma, são negativos os valores de similares indicadores para o turismo nos estados do Ceará (-23,6%) e da Bahia (-19,1%). Portanto, não há diferenças muito expressivas, nos planos nacional e regional, entre os resultados negativos observados no segmento de turismo, no que concerne aos estados considerados.

**Gráfico 12. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de Atividades Turísticas – abril/2020 (base: mesmo período do ano anterior)**



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Reitere-se que impactos negativos – da pandemia e decorrente contingência sanitária, econômica e social – deverão continuar afetando bastante os próximos resultados a ser apresentados na série de Boletins da Fecomércio. Já foram apontadas profundas variações negativas do volume de negócios no comércio varejista e na prestação de serviços, em particular no segmento de turismo. Um cenário que deve permanecer por algum tempo. A recuperação será um processo lento no pós-COVID19.

### 3. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

Desde as duas últimas edições do Boletim Conjuntural do Instituto Fecomércio, vem sendo assinalado que a pandemia COVID-19 terminou por alterar fortemente as conjunturas política e econômica, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, a partir da segunda metade de março deste ano. Essa nova contingência acentua o panorama de incerteza, o que foi agravado por ausência de coordenação federal e do requerido desenho de uma articulada estratégia nacional para o enfrentamento da crise sanitária. O país terminou seguindo a pior rota, com insuficiente testagem da população, sem adequado rastreamento de rotas de contágio, e tampouco estratégia uniforme de preparação da população. Note-se que isso se dá no combate a um vírus ainda insuficientemente conhecido, e para o qual não se dispõe de vacina – embora seja intenso e célere, em diversos países, o processo de descoberta de um antídoto, para o que contribuem, inclusive, pesquisadores brasileiros. Tais insuficiências têm lugar em país de mais 200 milhões de habitantes, em que desigualdade social e atraso educacional são marcas indeléveis na nossa sociedade.

Ocorre que incerteza não é “privilégio” do enfrentamento da crise sanitária. Incertezas rondam a economia brasileira, e foram ampliadas pelo decorrente impacto econômico e social da pandemia e do combate ao coronavírus. Ademais, o país não pode descuidar da perspectiva de retomada do caminho de recuperação da economia, em associação com ajustes institucionais que melhorem a competitividade do Brasil na economia internacional e o funcionamento dos mercados, mantendo-se o padrão de relativa estabilidade inflacionária. Ocorre que o imediato equacionamento e enfrentamento da crise sanitária traz expansão do déficit fiscal, buscando-se contraposição à ampliação da pobreza e de desigualdades sociais, assim como compensações a segmentos empresariais fortemente impactados. Ademais, enfrenta-se maior volatilidade da taxa de câmbio e incômodas estimativas de redução do PIB.

Os números referentes à atividade econômica (em especial no caso de comércio e prestação de serviços) e ao mercado de trabalho, na esteira de impactos da pandemia, permanecem assustadores. Já foi mencionado, na seção inicial deste Boletim, que o IBC-BR aponta retração da atividade econômica na faixa de -4,2% no primeiro quadrimestre deste ano, tomado por base o correspondente quadrimestre do ano passado. Por outro lado, sabe-se que só a partir da segunda semana de março é que se iniciam impactos iniciais da crise sanitária; assim, considerando-se abril de 2020 relativamente ao mesmo mês do ano anterior, o IBC-BR revela retração bem mais profunda (-15,1%). Já o Boletim

Focus de 26/06/2020 aponta queda anual do PIB de 6,54% neste ano. Trata-se de estimativa inferior à divulgada em recente relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI): -9,1% em 2020<sup>2</sup>. (Interessa assinalar, no entanto, que incertezas com respeito à real dimensão e à natureza da COVID-19 (inclusive sobre chances de repetição de ondas de contágio) deverão permanecer trazendo efeitos danosos ao funcionamento da economia. O momento de se ter disponível, de forma ampla, uma vacina ainda constitui uma grande interrogação.

Quando se dirige o olhar para o segmento terciário da economia (comércio varejista e prestação de serviços, foco do boletim conjuntural do Instituto Fecomércio), os impactos da nova contingência associada à pandemia se mostram bem profundos, agora incorporados aos indicadores os efeitos do primeiro mês completo da crise sanitária. A retração do volume de negócios do varejo e da prestação de serviços, em particular em atividades de turismo (dada a natureza intensiva em fluxo e agregação de pessoas, nesse segmento) traz profunda variação negativa em abril de 2020, como visto. Consolidase um quadro em que variação positiva é característica apenas de algumas atividades econômicas com característica de essencialidade, a exemplo de hipermercados, supermercados, e comércio de produtos alimentares, inclusive bebidas.

Impactos no mercado trabalho foram devastadores, até porque se trata de um novo vetor de crise que atinge uma economia em que o desemprego já estava em rota ascendente. A taxa de desocupação, segundo dados da PNAD Contínua, sobe a 12,6% no trimestre móvel encerrado em abril (12,2% no trimestre móvel imediatamente anterior). Fato novo agora, como assinalado na primeira seção deste Boletim, é a forte redução do contingente de força de trabalho ocupada, de 92,4 milhões para 89,2 milhões de pessoas – comparando-se o contingente de fev-abril2020 ao do mesmo trimestre móvel de 2019. O que preocupa nessa situação são os seus determinantes: desalento, impedimento de trabalhadores com saúde comprometida pela pandemia, além de parte dos trabalhadores que recebem o auxílio emergencial e temporariamente desistem de manter, ou de buscar ocupação (se protegendo corretamente de eventual contágio). Isso efetivamente se traduz em redução da população economicamente ativa, incrementando-se o contingente da força de trabalho subutilizada. Infelizmente, o Nordeste é o território que responde pela maior parte de tal impacto. Aprofunda-se a crise social, portanto.

<sup>2</sup>Conforme <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/06/24/WEOUpdateJune2020>. Acesso em 24 de junho, 2020.

Assim, o que já era extremamente difícil – sair de um alongado período de crise econômica – ganhou maior complexidade. De fato, permanece a urgência de se promover a modernização institucional da economia, cujo timing é afetado pelo combate à emergência sanitária e ao decorrente aprofundamento da recessão.

Ademais, se é verdade que parâmetros macroeconômicos pró-crescimento permanecem válidos (reduzida taxa básica de juros, baixa inflação, capacidade ociosa na indústria e em outros setores da economia), o país passou a lidar com um déficit primário bem maior, que pode se situar, ao final do ano, em 12% do PIB, em contexto de encolhimento da arrecadação fiscal, enquanto perdurar o quadro recessivo.

Torna-se, então, mais desafiador viabilizar investimentos públicos adequados à dimensão de recuperação da infraestrutura. Considerado o quadro fiscal do setor público, cresce de importância a necessidade de captação de recursos privados. A recente aprovação do novo marco regulatório do saneamento já está sendo festejado como importante fator indutor de captação de investimento privado. Todavia, o processo requer adequados mecanismos regulatórios em um setor que demanda atenção para se garantir que o alcance de benefícios a estratos sociais excluídos de serviços de esgotamento sanitário (algo crucial no combate à pandemia, como se sabe) não seja obstado por um inadequado sistema de incentivos via preços e outros mecanismos. No caso brasileiro, exclusão social e grande desperdício de água formam absurdo binômio. Onde quer que se estabeleça parceria público-privada, gestão puramente privada, ou se mantenha gestão pública, os contratos de exploração de abastecimento de água e de saneamento necessitam de adequada institucionalização, devendo-se atentar para aproveitamento crítico de experiências de outros países.

E, novamente aludindo a um importante aspecto que se tem em conta em uma análise de conjuntura econômica, a governança precisa cessar de produzir ruídos – agora considerando-se o contexto internacional.

Para garantia de adequado padrão de atração de investimento externo, governança e parâmetros macroeconômicos são fatores sempre considerados por agentes internacionais. Espera-se que, na seara da governança, evoluamos para algo menos errático e dotado de devida coordenação republicana e estratégica. Ademais, é também necessário – nas relações internacionais – que argumentos ideológicos sejam substituídos por pragmatismo responsável. Nesse sentido, chame-se atenção para significativo evento representado por críticas à política brasileira para a Amazônia,

emitidas por “29 instituições financeiras de 8 países”, conforme noticiado na grande imprensa<sup>3</sup> – política que vem premiando o desmatamento. De fato, pairam no âmbito internacional ameaças de retirada de investimentos estrangeiros do Brasil, se o desmatamento não for evitado. Grupos empresariais brasileiros, insatisfeitos com o tratamento da Amazônia – inclusive dos povos indígenas – fazem eco a essa avaliação crítica.

No flanco de fatores econômicos, outros elementos importam. Pressões inflacionárias vindas do novo quadro cambial podem ser, por algum tempo, compensadas por uma demanda agregada fortemente deprimida. A propósito, nossas reservas externas – estratégias como instrumento de ajuste da taxa cambial – ainda dão margem para operações preventivas, embora não tão confortavelmente como já foi o caso. Trata-se de mercado volátil. Importa, nesse contexto do mercado cambial, notar que nosso balanço de transações em contas correntes, como apontado em edições anteriores do Boletim, já não goza do mesmo conforto que dispúnhamos até recentemente.

O país permanece constituindo – no panorama internacional – um mercado de grandes proporções, potencialmente atrativo ao influxo de capitais, com inegável relevância geopolítica na América Latina e importantes interconexões com a economia internacional, algo que é elemento estruturante da posição brasileira nesse contexto mais amplo. E, considerada essa ampla abrangência, é questão crucial a capacidade brasileira de manter posição confortável no painel de países a se beneficiar de fluxos de capitais disponíveis para investimento ou para aplicação financeira.

Portanto, eliminar fatores internos que possam vir a erodir a confiança de agentes econômicos (nacionais e estrangeiros) e a estimular mais fuga de capitais, são elementos cruciais a contribuir para melhorar perspectivas de recuperação da economia brasileira. Redução de incertezas depende, sobremaneira, da saúde do ambiente de negócios e do ambiente político. Ademais, a rota de recuperação da economia brasileira – que, pós-pandemia, ganhou maior complexidade – exige que seja mantido o padrão de relativa estabilidade de preços, elemento básico para aumentar a produção, o investimento e o bem estar do povo brasileiro.

---

<sup>3</sup> A propósito, ver <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,desmatamento-e-fuga-de-capital,70003343805>. Acesso em 25/06/2020.

## 4. BIBLIOGRAFIA

DEPARTAMENTO ECONÔMICO-BANCO CENTRAL DO BRASIL (DEPEC-BCB).  
**Índice de Atividade Econômica**. Abril/2020.

**Pesquisa Mensal do Comércio**. Abril/2020.

**Pesquisa Mensal dos Serviços**. Abril/2020.

**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Abril/2020.

**Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**. Maio/2020.

#### EXPEDIENTE FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Bernardo Peixoto  
Economista: Rafael Ramos  
Designer Gráfico: Nilo Monteiro

---

#### EXPEDIENTE CEPLAN-PE

Osmil Galindo | Economista  
Ademilson Saraiva | Economista  
Roberto Alves | Estatístico  
Jorge Jatobá | Economista  
Tania Bacelar | Economista



Avenida Visconde de Suassuna, nº265,  
Santo Amaro, Recife-PE | CEP 50050-540  
Tel.: (81) 3231-5393 / 3231-6175  
[www.fecomercio-pe.com.br](http://www.fecomercio-pe.com.br)



 [fecomercio-pe.com.br](http://fecomercio-pe.com.br)

 [@fecomerciope](https://www.facebook.com/fecomerciope)